



Banco Original S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais**

**Em 31 de dezembro
de 2020**

Índice

• RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
• BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
• DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
• DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
• DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
• DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	12
1. Contexto operacional.....	12
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	12
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Caixa e equivalentes de caixa	18
5. Ativos financeiros	18
6. Investimentos.....	27
7. Imobilizado	28
8. Intangível.....	28
9. Outros ativos	29
10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	29
11. Passivos financeiros	30
12. Ativos e passivos fiscais	32
13. Provisões	36
14. Outros passivos.....	37
15. Patrimônio líquido	38
16. Receitas de prestação de serviços	38
17. Receitas de tarifas bancárias	39
18. Despesas de pessoal.....	39
19. Outras despesas administrativas.....	39
20. Despesas tributárias.....	40
21. Outras receitas.....	40
22. Outras despesas.....	40
23. Partes relacionadas	41
24. Estrutura de gerenciamento de riscos	42
25. Suficiência de capital.....	46
26. Informações complementares	47
27. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	48
28. Eventos subsequentes	48
• DIRETORIA	49
• RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	50
• RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

O ano de 2020 se mostrou extremamente desafiador com a pandemia de COVID-19 e suas consequências para todos. A atuação do Original foi marcada por diversas ações que tiveram o objetivo de proporcionar tranquilidade e segurança aos nossos colaboradores e apoio aos nossos clientes.

A expansão do *home office* para praticamente 100% dos colaboradores do Original foi rapidamente implementada, garantindo a segurança destes e de seus familiares. Com isso, conseguimos ter foco na assistência aos nossos clientes e rapidamente disponibilizamos novas soluções, sempre digitais e aderentes à nova realidade.

Alguns exemplos de ações foram, o recebimento do benefício emergencial com bônus de até 10%; lançamento do Fique no Verde, linha de crédito com condições especiais para reprogramação dos empréstimos vigentes, o crédito pessoal com pagamento da primeira parcela para 90 dias, o empréstimo protegido com seguro com cobertura contra desemprego, consultoria financeira e auxílio para recolocação, a prorrogação do prazo para pagamento de empréstimos por 90 dias e parcelamento para até 60 vezes e o pagamento de boleto no cartão sem taxa.

A pandemia trouxe um ambiente de insegurança, volatilidade e desafios complexos, com impactos materiais e emocionais para a sociedade em geral. O distanciamento social imposto colocou à prova tradicionais modelos de negócio. Como nascemos digitais, estávamos preparados para continuar a apoiar nossos mais de 4 milhões de clientes - Pessoas Físicas e Empreendedores, sendo que destes, mais de 1 milhão abriram suas contas no Original durante o ano de 2020.

Passamos a atender Pequenas e Médias empresas, último segmento da economia que ainda não estávamos presentes. A mais nova unidade de negócios do Original permite que empresas abram e movimentem plenamente suas contas de forma totalmente digital.

A nossa unidade de *Banking as a Service (BaaS)*, que presta serviços para *Fintechs* e Instituições Financeiras, também apresentou expansão exponencial em 2020. Por exemplo, o Hub de Pagamentos - ligado a liquidação de boletos, guias de impostos e contas de concessionárias - cresceu 14 vezes quando comparado com 2019.

Ainda em 2020 mudamos para a nossa nova Sede concluindo um ciclo de eficiência operacional iniciado em 2019. O edifício APOGEE, localizado na cidade de São Paulo, tem selo Ouro por seu design e construção, seguindo as orientações de eficiência energética e ambiental da Leadership in Energy and Environmental Design.

Original

Somos um banco digital, completo (em produtos e serviços) com atendimento humano. Este posicionamento tem atraído cada vez mais clientes do segmento Varejo (PF) e Empreendedores, atingindo 4,1 milhões em dezembro de 2020, o que representa um crescimento de 36% nos últimos 12 meses. Entre os diversos indicadores que demonstram o uso crescente dos produtos e serviços disponibilizados destacamos: crescimento de 85% da carteira de crédito no mesmo período mantendo a melhoria constante em sua qualidade, função direta do modelo de crédito implementado em 2019; elevação da carteira de captação em 81%, atingindo R\$ 2,2 bilhões; aumento de 100% nos pagamentos (*cash out*) realizados pelos clientes nos últimos 12 meses.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No Atacado, contamos com equipe qualificada e dedicada com regras de governança exclusiva para os segmentos (i) *Corporate*, atuando junto a Grandes Empresas no Brasil; (ii) Agronegócios, atuando no segmento de Grandes e Médios Agricultores e Pecuáristas; e (iii) Recebíveis, com produtos de cessão para os segmentos de comércio varejista, atacadista e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banking as a service

O BaaS nos posiciona na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para nossos parceiros - *fintechs*, *startups* e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do BACEN, através da divisão denominada Original Hub. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros, tecnologia de ponta e credenciais financeiras, sempre proporcionando a melhor experiência para os clientes.

Em 2020, nos aproximamos ainda mais do mercado alvo com o lançamento do novo portal www.openbanking.com.br.

Alavancas de crescimento e geração de valor futuro

Varejo - Base de clientes crescente e recente: Com mais de 4 milhões de clientes, sendo 1 milhão com abertura de conta nos últimos 12 meses, conjugado com a entrega constante de novos produtos, serviços e experiências, projetamos crescimento ainda mais acelerado no volume de negócios em 2021. Isso se dará também pela contínua atração de clientes em velocidade superior a 2020.

Tecnologia - Movida a API: Encerramos 2020 com um portfólio extenso de APIs, resultado do investimento em tecnologia nos últimos 2 anos. Isso credenciou a unidade *Banking as a Service* junto à comunidade de *Fintechs* e Instituições Financeiras na entrega de soluções de ponta - para consultar nosso portfólio acesse www.openbanking.com.br. O crescimento em 2021 se dará pelo desenvolvimento de novas soluções, crescimento da volumetria de contratos recém ativados e atração de novos parceiros. Negócios com não correntistas, como empréstimo pessoal e cartão de crédito, têm apresentado crescimento em linha com os negócios com clientes diretos. Vemos que em 2021 essa tendência também estará presente.

Original Empresas - Banco digital para Pequenas e Médias Empresas: Inauguramos essa unidade de negócios em setembro de 2020 com um robusto portfólio de produtos e serviços digitais. A proposta de um banco digital para empresas com faturamento de até R\$ 50 milhões foi muito bem recebida pelo mercado, resultando em acelerado fluxo de propostas de aberturas de relacionamento - conta, serviços de *cash management*, operações de crédito, etc. Naturalmente em 2021, com a unidade operando desde o início do ano, apresentaremos crescimento compatível com as oportunidades existentes nesse segmento da economia que estava tão carente de soluções digitais.

Destaques econômicos e financeiros

Resultado bruto da intermediação financeira

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado bruto da intermediação financeira atingiu R\$ 676,1 milhões (R\$ 1,1 bilhão em 2019). Destaca-se o crescimento das rendas com operações de crédito, atingindo R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 819,3 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Receitas de prestação de serviços e tarifas

Impulsionadas pelo aumento da base de clientes, as receitas de prestação de serviços e tarifas cresceram 137,4% em 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Despesas administrativas e de pessoal

As despesas administrativas e de pessoal incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$ 1,0 bilhão, representando uma elevação de 18,5% em relação ao mesmo período de 2019, devido, principalmente, à estratégia de investimentos em tecnologia.

Destaques patrimoniais

Carteira de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo das operações de crédito total somou R\$ 7,4 bilhões (R\$ 6,9 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Destaca-se a carteira de crédito pessoa física com um crescimento de 246% em comparação com 31 de dezembro de 2019.

O saldo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é de R\$ 249,2 milhões (R\$ 271,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) correspondendo a 3,36% da carteira total.

Ativos totais

O total de ativos somou R\$ 15,2 bilhões em 2020, representando um aumento de 18,7% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

Índice de Basileia

De acordo com as normas do BACEN, os conglomerados devem manter um percentual mínimo para os ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação as oscilações e adversidades econômicas. O conglomerado encerrou o exercício de 2020 com 10,1% de índice de Basileia. Destacamos o aumento de capital da PicPay Serviços, fato relevante, em nossa nota explicativa 28, de eventos subsequentes.

Títulos e valores mobiliários - Circular nº 3.068/2001 - BACEN

O banco possui títulos classificados na categoria “disponível para venda”, no montante de R\$ 1,4 bilhão, marcados a valor de mercado, sendo 57,2% deste total representado por títulos públicos federais.

Relacionamento com os auditores independentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 2 de março de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Disponibilidades	4	39.684	57.324
Ativos financeiros		13.350.498	11.296.955
Instrumentos financeiros		13.056.755	11.017.866
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	460.763	716.795
Títulos e valores mobiliários	5.b	3.902.607	3.338.191
Derivativos	5.c	79.133	30.448
Relações interfinanceiras	5.d	1.180.262	11.673
Carteira de crédito	5.e	7.433.990	6.920.759
Operações de crédito		5.207.202	4.494.573
Outros créditos com características de concessão de crédito		2.475.995	2.697.193
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(249.207)	(271.007)
Outros instrumentos financeiros	5.f	293.743	279.089
Ativos fiscais		555.250	490.642
Ativos tributários correntes	12	49.957	72.367
Crédito tributário	12	505.293	418.275
Investimentos		174.036	78.874
Investimentos em participação em controladas	6	172.082	77.661
Outros investimentos	6	1.954	1.213
Imobilizado		99.597	69.938
Imobilizado de uso	7	178.290	129.547
Depreciação acumulada	7	(78.693)	(59.609)
Intangível		784.033	659.711
Ativos intangíveis	8	1.163.169	981.166
Amortização acumulada	8	(379.136)	(321.455)
Outros ativos	9	258.938	205.364
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(13.713)	(14.302)
Total do Ativo		<u>15.248.323</u>	<u>12.844.506</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivos financeiros		13.171.228	10.362.906
Depósitos e demais instrumentos financeiros		13.104.433	10.208.780
Depósitos	11.a	7.818.081	5.950.605
Captações no mercado aberto	11.b	215.427	472.188
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.c	4.571.535	3.453.743
Relações interfinanceiras	5.d	477.991	314.046
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.d	5.186	–
Derivativos	5.c	16.213	18.198
Outros passivos financeiros	11.e	66.795	154.126
Passivos fiscais		35.333	151.837
Passivos tributários correntes	12	19.251	69.924
Passivos tributários diferidos	12	16.082	81.913
Provisões	13	56.741	66.786
Outros passivos	14	127.309	166.420
Patrimônio líquido		1.857.712	2.096.557
Capital social	15.a	2.130.001	2.130.001
Outros resultados abrangentes	15.d	14.417	5.736
Prejuízos acumulados		<u>(286.706)</u>	<u>(39.180)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>15.248.323</u>	<u>12.844.506</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas da intermediação financeira		532.487	858.567	1.219.185	1.715.633
Rendas de operações de crédito	5.e	334.080	468.146	1.392.294	819.361
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.b	207.324	444.283	445.647	895.684
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.c	(2.956)	(73.992)	(691.698)	(28.649)
Resultado em operações de câmbio	5.f	(5.961)	20.130	72.942	29.237
Despesas da intermediação financeira		(145.236)	(312.209)	(543.114)	(635.305)
Despesas em operações de captação no mercado	11.c	(145.106)	(322.425)	(423.447)	(643.383)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.d	(130)	10.216	(119.667)	8.078
Resultado bruto da intermediação financeira		387.251	546.358	676.071	1.080.328
Resultado das provisões para perdas		(6.808)	(98.962)	(138.183)	(167.835)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(27.439)	(112.441)	(170.989)	(197.492)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.e	20.631	13.479	32.806	29.657
Receitas/(despesas) operacionais		(408.511)	(523.291)	(904.171)	(888.119)
Receitas de prestação de serviços	16	46.885	20.548	77.751	40.290
Receitas de tarifas bancárias	17	54.482	17.484	71.839	30.266
Despesas de pessoal	18	(160.188)	(171.317)	(322.873)	(311.485)
Outras despesas administrativas	19	(361.000)	(298.963)	(669.541)	(507.422)
Despesas tributárias	20	(31.226)	(31.666)	(51.667)	(62.333)
Resultado de participações em controladas	6	(39.773)	(18.173)	(83.362)	(21.764)
Outras receitas	21	33.896	4.498	93.559	28.110
Outras despesas	22	48.413	(45.702)	(19.877)	(83.781)
Resultado antes dos tributos e participações		(28.068)	(75.895)	(366.283)	24.374
Imposto de renda e contribuição social	12	(3.667)	115.339	134.980	43.086
Provisão para imposto de renda		–	(26.367)	–	(26.367)
Provisão para contribuição social		–	(16.307)	–	(16.307)
Ativo fiscal diferido		(3.667)	158.013	134.980	85.760
Participação nos lucros		3.201	(31.202)	(17.127)	(58.638)
Resultado líquido		(28.534)	8.242	(248.430)	8.822
Resultado líquido diluído por lote de mil ações	15.a	(0,0053)	0,0015	(0,0462)	0,0016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido	(28.534)	8.242	(248.430)	8.822
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros				
Variação do valor justo	(5.107)	(8.336)	35.904	5.925
Efeito dos tributos	2.298	3.751	(16.157)	(2.666)
Hedge				
Variação do valor justo	3.090	(2.250)	(21.819)	(1.476)
Efeito dos tributos	(456)	1.013	10.753	664
Outros resultados abrangentes	(175)	(5.822)	8.681	2.447
Resultado abrangente	(28.709)	2.420	(239.749)	11.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338
Ajuste investimento		–	–	(2.050)	(2.050)
Outros resultados abrangentes	15.d	–	2.447	–	2.447
Resultado líquido		–	–	8.822	8.822
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557
Mutações do período		–	2.447	6.772	9.219
Saldo em 30 de junho de 2019		2.130.001	11.558	(45.372)	2.096.187
Ajuste investimento		–	–	(2.050)	(2.050)
Outros resultados abrangentes	15.d	–	(5.822)	–	(5.822)
Resultado líquido		–	–	8.242	8.242
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557
Mutações do período		–	(5.822)	6.192	370
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557
Outros resultados abrangentes	15.d	–	8.681	–	8.681
Ajuste participação controlada PicPay		–	–	904	904
Resultado líquido		–	–	(248.430)	(248.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712
Mutações do período		–	8.681	(247.526)	(238.845)
Saldo em 30 de junho de 2020		2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355
Outros resultados abrangentes	15.d	–	(175)	–	(175)
Ajuste participação controlada PicPay		–	–	66	66
Resultado líquido		–	–	(28.534)	(28.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712
Mutações do período		–	(175)	(28.468)	(28.643)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado líquido		(28.534)	8.242	(248.430)	8.822
Ajustes ao resultado líquido		220.589	(130.919)	423.109	(100.896)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	27.439	112.441	170.989	197.492
Constituição/(reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(589)	695	(589)	4.374
Resultado de participações em controladas	6	39.773	18.173	83.362	21.764
Depreciações e amortizações	19	64.958	57.783	125.334	109.840
Variação cambial		70.331	(48.520)	21.809	53.851
(Lucro)/prejuízo na alienação de valores e bens		892	1.884	785	3.086
Tributos diferidos		3.667	(158.013)	(134.980)	(85.760)
Constituição/(reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	13	10.374	(28.105)	10.045	(27.834)
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		6.880	(116.410)	128.324	(434.298)
Constituição/(reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		(3.201)	31.202	17.127	58.638
Outros ajustes		65	(2.049)	903	(2.049)
Resultado líquido ajustado		192.055	(122.677)	174.679	(92.074)
Variações patrimoniais		(891.954)	541.572	(498.015)	494.281
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		270.759	163.935	256.333	(178.984)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários para negociação		(285.494)	558.610	(1.453.968)	319.356
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		29.921	(8.372)	(44.679)	(12.298)
Variação líquida em relações interfinanceiras		(793.400)	84.661	(1.004.644)	135.430
(Aumento)/redução em carteira de crédito		(950.533)	(672.569)	(848.378)	(1.457.662)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros		81.366	(5.389)	15.960	(16.488)
(Aumento)/redução em ativos fiscais		(10.683)	102.885	70.372	(19.425)
(Aumento)/redução em outros ativos		70.233	41.182	(49.006)	234.119
(Redução)/aumento em passivos financeiros		809.852	327.192	2.752.827	1.390.595
(Redução)/aumento em passivos fiscais		2.193	(68.502)	(97.159)	71.480
(Redução)/aumento em provisões		(20.748)	53.292	(20.091)	55.668
(Redução)/aumento em outros passivos		(95.420)	(17.595)	(56.237)	(9.224)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(17.758)	(19.345)	(18.286)
Caixa gerado/(utilizado) nas operações		(699.899)	418.895	(323.336)	402.207
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimentos					
(Aquisição/aumento) em investimentos		(91.296)	(89.976)	(178.471)	(93.862)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(11.367)	(24.567)	(65.252)	(28.355)
Alienação de imobilizado de uso		29	67	8.831	80
(Aquisição/ativação) de intangíveis		(125.434)	(90.529)	(227.027)	(136.974)
Alienação/baixa de intangíveis		3.894	392	4.133	600
(Aquisição/aumento)/alienação em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		441.630	(250.848)	(135.921)	(111.493)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos		217.456	(455.461)	(593.707)	(370.004)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		(482.443)	(36.566)	(917.043)	32.203
Saldo inicial	4	835.253	1.306.419	1.269.853	1.237.650
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(136)	–	(136)	–
Saldo final	4	352.674	1.269.853	352.674	1.269.853
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(482.443)	(36.566)	(917.043)	32.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Original S.A. (banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado à Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

A Administração levou em consideração também, a Resolução BCB nº 2, que consolidou critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A adoção da Resolução BCB nº 2 resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros incluindo operações de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos.

Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente. Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são: - Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; - Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; - Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; - Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

Entidades controladas:

			31/12/2020	31/12/2019
	Atividade	Ações ordinárias e cotas	Participação	Participação
Original Asset Management Ltda.	Administração de carteiras/fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	885.550	19,90%	19,90%
Original App Ltda.	Prestação de serviços	3.449.655	99,99%	99,99%
Picpay Serviços S.A.	Instituição de pagamento	10.276	22,69%	18,91%

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c) Ativos financeiros: Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

• **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, observando-se:

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do banco em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

• *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• *Hedge* de investimento no exterior - *hedge* de fluxo de caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Carteira de crédito

Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela Resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como “operações com retenção substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como “operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios”, com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das “operações com transferência” e as “operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios”, com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O banco adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas - outros créditos com características de concessão de crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

Com o objetivo de atenuar os impactos da COVID-19 na economia, o CMN flexibilizou temporariamente a caracterização de um ativo problemático, permitindo que situações de incapacidade financeira da contraparte para honrar a obrigação nas condições pactuadas e reestruturação da operação relativa à exposição deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020.

Outros instrumentos financeiros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Créditos tributários

Constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo. Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

k) Passivos financeiros: Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões

Passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

m) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%).

n) Programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “despesas tributárias”.

o) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados em conformidade com a Resolução CMN nº 3.973/11.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	39.684	57.324
Em moeda nacional	3.598	1.737
Em moedas estrangeiras	36.086	55.587
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada ⁽¹⁾	312.990	212.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	312.990	12.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	–	199.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	100.200
Aplicações em títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	–	899.840
Títulos públicos federais pós-fixados livres	–	899.840
Total	352.674	1.269.853

⁽¹⁾ Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. ATIVOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros:

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	312.990	–	312.990	212.489
Posição bancada	312.990	–	312.990	212.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	312.990	–	312.990	12.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	199.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.820	7.910	22.730	380.132
Aplicações em moedas estrangeiras	125.043	–	125.043	124.174
Total	452.853	7.910	460.763	716.795
Resultado				
	01.07 a	01.07 a	01.01 a	01.01 a
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Resultado em títulos no exterior	(6.686)	69.863	27.240	73.097
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	8.506	15.412	27.272	47.567
Total	1.820	85.275	54.512	120.664

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Títulos e valores mobiliários: Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado:

	31/12/2020							31/12/2019	
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor justo				Valor contábil	Valor contábil
				Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
1 - Títulos para negociação		2.478.481	7.948	33	31.619	914.851	1.539.926	2.486.429	2.062.983
Carteira própria									
Títulos públicos		2.195.193	7.475	-	21.518	842.886	1.338.264	2.202.668	1.330.519
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	287.258	259	-	21.518	23.732	242.267	287.517	210.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.907.935	7.216	-	-	819.154	1.095.997	1.915.151	1.120.354
Títulos privados		97	23	33	87	-	-	120	178.574
Ações de companhias abertas ⁽¹⁾	1	10	23	33	-	-	-	33	176.538
Debêntures	2	87	-	-	87	-	-	87	2.036
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		206.314	406	-	-	36.045	170.675	206.720	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	206.314	406	-	-	36.045	170.675	206.720	-
Títulos privados		10.008	6	-	10.014	-	-	10.014	49.262
Debêntures	2	10.008	6	-	10.014	-	-	10.014	49.262
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		66.869	38	-	-	35.920	30.987	66.907	480.391
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	-	-	-	-	-	-	-	71.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	66.869	38	-	-	35.920	30.987	66.907	409.214
Outros		-	-	-	-	-	-	-	24.237
Cotas de fundos	2	-	-	-	-	-	-	-	24.237
2 - Títulos disponíveis para venda		1.396.928	19.250	563.770	-	334.826	517.582	1.416.178	1.275.208
Carteira própria									
Títulos públicos		799.965	17.355	-	-	326.318	491.002	817.320	278.071
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	43.159	12	-	-	-	43.171	43.171	278.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	756.806	17.343	-	-	326.318	447.831	774.149	-
Títulos privados		544.146	1.309	538.966	-	-	6.489	545.455	570.747
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	5.180	1.309	-	-	-	6.489	6.489	-
Debêntures	2	-	-	-	-	-	-	-	2.799
Cotas de fundos	2	538.966	-	538.966	-	-	-	538.966	567.948
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		-	-	-	-	-	-	-	426.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	-	-	-	-	-	-	-	426.390
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		28.013	586	-	-	8.508	20.091	28.599	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	4.795	1	-	-	-	4.796	4.796	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	23.218	585	-	-	8.508	15.295	23.803	-
Outros		24.804	-	24.804	-	-	-	24.804	-
Cotas de fundos	2	24.804	-	24.804	-	-	-	24.804	-
Total		3.875.409	27.198	563.803	31.619	1.249.677	2.057.508	3.902.607	3.338.191

⁽¹⁾ Ações da JBS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e em 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado em títulos de renda fixa	205.866	154.037	384.457	247.329
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5 a)	(6.686)	69.863	27.240	73.097
Resultado em títulos no exterior (nota 5 a)	8.506	15.412	27.272	47.567
Resultado em títulos de renda variável	<u>(362)</u>	<u>204.971</u>	<u>6.678</u>	<u>527.691</u>
Total	<u>207.324</u>	<u>444.283</u>	<u>445.647</u>	<u>895.684</u>

c) Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da carteira por indexador:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward						
Posição ativa	991.616	64.486	61.984	1.419.701	19.921	17.532
Prefixado	–	–	(31)	382.817	6.075	6.345
Real	–	–	–	170	1.506	1.478
Dólar	990.697	64.486	62.015	1.036.714	12.340	9.709
Euro	919	–	–	–	–	–
Posição passiva	991.616	(2.839)	(2.131)	1.419.701	(11.801)	(15.359)
Prefixado	991.616	(2.839)	(2.131)	1.036.649	(2)	(14.681)
Real	–	–	–	235	(69)	–
Dólar	–	–	–	380.371	(667)	(552)
Euro	–	–	–	2.446	(11.063)	(126)
Diferencial líquido	–	61.647	59.853	–	8.120	2.173
2 - Swap						
Posição ativa	594.749	8.679	17.149	751.758	2.929	12.455
Prefixado	237.820	64	2.166	233.113	28	1.691
CDI	284.701	190	4.410	392.845	2.141	8.664
Dólar	72.228	8.425	10.573	125.800	760	2.100
Posição passiva	594.749	(13.822)	(14.082)	751.758	(2.341)	(1.863)
Prefixado	284.701	(72)	(429)	348.954	(75)	(41)
CDI	88.734	–	–	88.129	(216)	(41)
Dólar	221.314	(13.750)	(13.653)	314.396	(2.050)	(1.781)
Euro	–	–	–	279	–	–
Diferencial líquido	–	(5.143)	3.067	–	588	10.592
3 - Opções						
Posição ativa	–	–	–	37.966	–	461
Compra de opções	–	–	–	37.966	–	461
Posição passiva	–	–	–	37.966	–	(976)
Venda de opções	–	–	–	37.966	–	(976)
Diferencial líquido	–	–	–	–	–	(515)
4 - Futuros						
Posição ativa	2.999.674	–	–	2.061.342	–	–
DI	891.400	–	–	1.860.700	–	–
DDI	1.444.683	–	–	–	–	–
BGI	–	–	–	18.897	–	–
Dólar	660.412	–	–	178.358	–	–
Euro	3.179	–	–	3.387	–	–
Posição passiva	5.517.299	–	–	5.803.150	–	–
DI	3.625.700	–	–	2.651.500	–	–
DDI	1.891.599	–	–	2.745.310	–	–
BGI	–	–	–	5.101	–	–
Dólar	–	–	–	401.239	–	–

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da carteira por vencimento e valor diferencial:

Diferencial a receber/(pagar) ao valor justo	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<i>Non deliverable forward</i>	41.078	18.775	–	59.853	2.173
<i>Swap</i>	(10.823)	520	13.370	3.067	10.592
Compra de opções	–	–	–	–	461
Venda de opções	–	–	–	–	(976)
Total	30.255	19.295	13.370	62.920	12.250

Resultado com derivativos

	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<i>Non deliverable forward</i>	35.591	11.477	221.023	7.901
Dólar	(13.733)	(76.875)	14.299	(84.624)
Moedas	3.795	98	6.176	(159)
Opções	645	517	1.951	1.216
Futuro de dólar	1.565	(1.187)	917	2.667
Milho	–	(18)	45	(51)
S&P	16	60	16	60
COE	–	–	–	(9)
Índice	(365)	436	(241)	977
BGI	(1.338)	(1.423)	(2.244)	(1.277)
DI	(10.193)	20.081	(2.949)	46.997
<i>Swap</i>	3.491	13.877	(9.261)	25.726
DDI ⁽¹⁾	(22.430)	(41.035)	(921.430)	(28.073)
Total	(2.956)	(73.992)	(691.698)	(28.649)

⁽¹⁾ Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

Hedge de investimento líquido no exterior

O banco contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos (variação cambial) do seu investimento no exterior (agência nas Ilhas Cayman), cuja moeda de suas operações é o dólar.

O banco documenta a relação entre instrumento de hedge e seu investimento no exterior (US\$ 10.000), bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 21.041 líquidos dos efeitos tributários e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 7.550 (R\$ 552 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) contabilizado na rubrica de resultado em instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Hedge de risco de mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge* accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo banco que fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa prefixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de *hedge* é o conjunto de captações prefixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo banco, excluindo seus spreads de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumentos de *hedge* são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no banco e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como “*hedge* de risco de mercado”, baseado na Circular 3.082 BACEN, datada de 30 de janeiro de 2002.

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações prefixadas, excluindo a parcela da remuneração prefixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do banco), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes. O *hedge* das captações é feito por meio da contratação de DI1 futuro na B3. O gerenciamento do *hedge* não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da administração).

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações prefixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso:

- O instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo ajustado a valor justo é de R\$ 25.086 (R\$ 378.715 em 31 de dezembro de 2019), gerando uma despesa no exercício de R\$ 22.149 (receita de R\$ 2.938 no exercício de 2019). A taxa de efetividade do *hedge* foi de 96,72%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Relações interfinanceiras: Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Créditos vinculados		
Depósitos compulsórios no banco Central do Brasil	22.332	11.655
Pagamentos instantâneos	8.990	–
Microfinanças	6.953	4.008
Moeda eletrônica	6.229	7.312
Correspondentes no país	160	335
Pagamentos e recebimentos a liquidar		
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	1.157.930	18
Recebíveis de transação de pagamento ⁽¹⁾	1.157.930	–
Cheque e outros papéis remetidos	–	18
Total	1.180.262	11.673
Circulante	1.180.262	11.673
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação	74	8
Cheque e outros papéis recebidos	74	8
Transações de pagamento	477.917	314.038
Cartões de crédito	477.917	314.038
Total	477.991	314.046
Circulante	477.991	314.046

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos valores a receber junto à instituições participantes de arranjo de pagamento.

e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito: Composição da carteira por produto:

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de crédito	5.207.202	4.494.573
Empréstimos e títulos descontados	2.682.259	2.074.325
Financiamentos à exportação	2.021.735	2.024.152
Financiamentos rurais e agroindustriais	212.392	60.294
Títulos descontados	146.819	132.091
Financiamentos imobiliários	141.350	203.309
Adiantamentos a depositantes	2.647	402
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.475.995	2.697.193
Direitos creditórios	1.956.194	2.232.239
Operações com cartões de crédito	458.763	297.401
Outros	61.038	167.553
Subtotal	7.683.197	7.191.766
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(249.207)	(271.007)
Total	7.433.990	6.920.759
Circulante	6.549.510	4.703.579
Não circulante	884.480	2.217.180

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de financiamentos	26.719	171.893	802.844	259.248
Rendas de empréstimos	224.769	186.477	416.747	322.361
Resultado com cessão de créditos sem coobrigação	70.774	95.335	150.158	210.889
Rendas de títulos descontados	10.505	12.298	20.940	24.668
Resultado com cessão de créditos com coobrigação	1.227	1.775	1.402	1.786
Rendas de adiantamentos a depositantes	86	368	203	408
Rendas de cheque especial	—	—	—	1
Total	334.080	468.146	1.392.294	819.361

Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2020	Concentração	31/12/2019	Concentração
Setor Privado				
Comércio	2.322.372	30,23%	2.164.019	30,10%
Rural	2.200.011	28,63%	2.012.436	27,98%
Pessoas físicas	1.564.019	20,36%	890.552	12,38%
Serviços	768.277	10,00%	835.262	11,61%
Indústria	409.834	5,33%	1.033.522	14,37%
Financeiro	146.007	1,90%	—	0,00%
Outros	272.677	3,55%	255.975	3,56%
Total	7.683.197	100,00%	7.191.766	100,00%

Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	1.426.180	5.034.536	318.470	232.600	43.071	122.952	20.846	59.360	29.333	7.287.348	6.728.011
1 a 30 dias	326.578	2.531.016	161.686	92.796	610	96	415	96	562	3.113.855	3.342.272
31 a 60 dias	124.218	372.689	26.851	42.045	1.525	70	29	23	129	567.579	410.570
61 a 90 dias	35.965	154.996	1.446	354	256	63	61	54	77	193.272	272.757
91 a 120 dias	106.942	117.918	1.418	40.100	2.749	59	53	47	120	269.406	195.911
121 a 150 dias	97.537	136.486	15.503	293	152	77	115	55	136	250.354	1.260.638
151 a 180 dias	438.247	638.965	8.344	3.543	217	142	87	89	190	1.089.824	318.687
181 a 360 dias	273.507	449.295	53.779	7.875	1.783	1.191	1.012	951	1.014	790.407	562.843
Acima de 360 dias	23.186	633.171	49.443	45.594	35.779	121.254	19.074	58.045	27.105	1.012.651	364.333
Parcelas vencidas	—	230.730	21.321	5.351	3.636	1.359	1.281	842	3.653	268.173	233.858
Até 14 dias	—	230.730	21.321	5.351	3.636	1.359	1.281	842	3.653	268.173	233.858
Subtotal	1.426.180	5.265.266	339.791	237.951	46.707	124.311	22.127	60.202	32.986	7.555.521	6.961.869
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	—	—	11.336	16.474	12.015	9.690	6.105	5.168	66.888	127.676	229.897
15 a 30 dias	—	—	11.336	1.744	579	224	165	81	1.829	15.958	25.856
31 a 60 dias	—	—	—	14.730	2.066	472	271	278	2.647	20.464	35.775
61 a 90 dias	—	—	—	—	9.370	1.225	382	305	4.049	15.331	25.598
91 a 120 dias	—	—	—	—	—	7.769	631	283	4.108	12.791	26.028
121 a 150 dias	—	—	—	—	—	—	4.656	392	3.727	8.775	19.414
151 a 180 dias	—	—	—	—	—	—	—	3.829	5.165	8.994	17.917
181 a 360 dias	—	—	—	—	—	—	—	—	45.363	45.363	79.309
Subtotal	—	—	11.336	16.474	12.015	9.690	6.105	5.168	66.888	127.676	229.897
Total	1.426.180	5.265.266	351.127	254.425	58.722	134.001	28.232	65.370	99.874	7.683.197	7.191.766

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Concentração das operações de crédito:

	31/12/2020	% da Carteira	31/12/2019	% da Carteira
Dez maiores devedores	807.938	10,52%	842.696	11,72%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.710.021	22,26%	1.752.258	24,37%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.406.195	18,30%	1.065.336	14,81%
Demais devedores seguintes	3.759.043	48,92%	3.531.476	49,10%
Total	7.683.197	100,00%	7.191.766	100,00%

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	% Provisão	31/12/2020			31/12/2019	
		Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	1.426.180	–	–	1.681.434	–
A	0,5%	5.265.266	(26.326)	–	4.591.540	(23.073)
B	1,0%	351.127	(3.511)	–	260.392	(2.640)
C	3,0%	254.425	(7.633)	–	311.247	(11.514)
D	10,0%	58.722	(5.872)	–	38.298	(9.475)
E	30,0%	134.001	(40.200)	–	140.516	(58.157)
F	50,0%	28.232	(14.116)	–	1.625	(813)
G	70,0%	65.370	(45.759)	(5.916)	44.711	(43.332)
H	100,0%	99.874	(99.874)	–	122.003	(122.003)
Total		7.683.197	(243.291)	(5.916)	7.191.766	(271.007)
Circulante					(121.036)	(185.052)
Não circulante					(128.171)	(85.955)

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	(334.743)	(210.719)	(271.007)	(199.165)
Constituição/reversão	(27.439)	(112.441)	(170.989)	(197.492)
Baixa para prejuízo	112.975	52.153	192.789	125.650
Saldo final	(249.207)	(271.007)	(249.207)	(271.007)

No exercício findo em 31 de dezembro 2020 a recuperação de operações de crédito baixadas para prejuízo soma R\$ 32.806 (R\$ 29.657 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 20.631 durante o segundo semestre (R\$ 13.479 durante o segundo semestre de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro 2020 o volume de créditos renegociados foi de R\$ 1.080.919 (R\$ 259.210 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações é de R\$ 80.075 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 40.428 em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Outros instrumentos financeiros

Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Valores banco 24 Horas e em trânsito	233.098	87.997
Direitos sobre venda de câmbio	53.015	154.107
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	899	–
Negociação e intermediação de valores	6.716	27.871
Relações interdependências	15	9.114
Total	293.743	279.089
Circulante	293.743	279.089

⁽¹⁾ Compõem o saldo de outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 5 e).

Resultado em operações de câmbio:

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de câmbio	47.937	99.668	250.869	191.450
Despesas de câmbio	(53.898)	(79.538)	(177.927)	(162.213)
Total	(5.961)	20.130	72.942	29.237

6. INVESTIMENTOS

Investimentos em participação em controladas

Controladas	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020		31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Valor do investi- mento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investi- mento	Equiva- lência patrimonial
Original Asset Management Ltda.	3.323	41	–	3.364	232
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	495	(23.914)	23.910	491	(15.726)
Original App Ltda.	3.009	(19)	(142)	2.848	418
Picpay Serviços S.A. ⁽¹⁾	70.834	(59.470)	154.015	165.379	(6.688)
Total	77.661	(83.362)	177.783	172.082	(21.764)

⁽¹⁾ Em 29 de outubro de 2019, o banco adquiriu o controle acionário da PicPay Serviços S.A. junto à J&F Investimentos S.A. O valor total da compra foi de R\$ 57.061, que corresponde a 6.265 ações ordinárias. O valor de aquisição das ações teve como base o laudo de avaliação elaborado pela Ernst Young Assessoria Empresarial Ltda., com data-base de 31 de maio de 2019, que atribuiu preço mínimo de R\$ 321.308. A compra da participação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 16 de maio de 2019, na forma do disposto no artigo 8º da Resolução CMN Nº 2.723. Essa operação gerou Ágio de R\$ 56.987. Em maio de 2020, foram adquiridas 1.705 ações, no valor de R\$ 19.340.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outros investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	765
Obras de arte	443	448
Total	1.954	1.213

7. IMOBILIZADO

Composição

	31/12/2020		31/12/2019	
Imobilizado de uso	Custo	Depreciação	Saldo contábil	Saldo contábil
Sistemas de processamento de dados	52.336	–	52.336	41.766
Instalações, móveis e equipamentos de uso	123.416	(77.900)	45.516	27.325
Sistemas de segurança e comunicações	2.390	(645)	1.745	847
Veículos	148	(148)	–	–
Total	178.290	(78.693)	99.597	69.938

Movimentação

	30/06/2020	Movimentação de 01/07 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Sistemas de processamento de dados	58.181	5.297	(7)	(11.135)	52.336
Instalações, móveis e equipamentos de uso	43.573	5.125	(22)	(3.160)	45.516
Sistemas de segurança e comunicações	922	945	–	(122)	1.745
Total	102.676	11.367	(29)	(14.417)	99.597

	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Sistemas de processamento de dados	41.766	31.304	(377)	(20.357)	52.336
Instalações, móveis e equipamentos de uso	27.325	32.773	(8.391)	(6.191)	45.516
Sistemas de segurança e comunicações	847	1.175	(63)	(214)	1.745
Total	69.938	65.252	(8.831)	(26.762)	99.597

8. INTANGÍVEL

Composição

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização	Saldo contábil	Saldo contábil
Gastos com desenvolvimento	976.641	(329.020)	647.621	602.788
Software	186.528	(50.116)	136.412	56.923
Total	1.163.169	(379.136)	784.033	659.711

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação

	30/06/2020	Movimentação de 01/07 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Gastos com desenvolvimento	620.795	81.261	(3.894)	(50.541)	647.621
Software	92.239	44.173	–	–	136.412
Total	713.034	125.434	(3.894)	(50.541)	784.033

	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Gastos com desenvolvimento	602.788	147.538	(4.133)	(98.572)	647.621
Software	56.923	79.489	–	–	136.412
Total	659.711	227.027	(4.133)	(98.572)	784.033

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio - imóveis	155.604	123.003
Devedores diversos no país	42.084	17.463
Despesas pagas antecipadamente	22.566	32.405
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	12.377	9.110
Devedores por depósitos em garantia - contingências fiscais	10.576	10.212
Devedores por depósitos em garantia - contingências cíveis	5.878	7.501
Valores a receber de sociedades ligadas	2.404	204
Rendas a receber	2.337	3.392
Adiantamentos a fornecedores	1.800	1.054
Devedores por compra de valores e bens	1.773	–
Adiantamentos salariais	1.539	1.020
Total	258.938	205.364
Circulante	73.622	53.683
Não circulante	185.316	151.681

10. PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
	Saldo contábil	Saldo contábil
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(13.713)	(14.302)
Total	(13.713)	(14.302)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. PASSIVOS FINANCEIROS

Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

Composição

					31/12/2020	31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	551.713	–	–	–	551.713	381.227
Pessoas físicas	246.785	–	–	–	246.785	153.781
Pessoas jurídicas	194.515	–	–	–	194.515	100.198
Pessoas jurídicas ligadas	36.318	–	–	–	36.318	11.996
Vinculados	74.095	–	–	–	74.095	115.252
Outros depósitos	6.105	–	–	–	6.105	6.899
Contas pré pagamento	6.105	–	–	–	6.105	6.899
Depósitos interfinanceiros	–	–	73.658	511.084	584.742	134.020
Depósitos à prazo	–	1.716.016	2.269.059	2.690.446	6.675.521	5.428.459
Em moeda nacional	–	543.295	1.749.165	2.690.446	4.982.906	5.383.241
Em moeda estrangeira	–	1.172.721	519.894	–	1.692.615	45.218
Total	557.818	1.716.016	2.342.717	3.201.530	7.818.081	5.950.605

O banco emite CDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 150% do CDI (90% e 129,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e em operações prefixadas entre 2,00% ao ano e 19,6% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

O banco emite RDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 101,5% e 106% do CDI (90% e 129,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e em operações prefixadas entre 2,15% ao ano e 19,6% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

b) Captações no mercado aberto

Composição

	Até 3 meses	31/12/2020 Total	31/12/2019 Total
Carteira própria			
Títulos públicos	205.423	205.423	422.960
Letras do Tesouro Nacional	205.423	205.423	–
Notas do Tesouro Nacional	–	–	422.960
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–
Títulos privados	10.004	10.004	49.228
Debêntures	10.004	10.004	49.228
Total	215.427	215.427	472.188

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Composição

				31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	488.000	610.294	1.022.289	2.120.583	1.528.559
Letras de crédito imobiliária ⁽²⁾	239.356	578.693	1.027.027	1.845.076	1.864.281
Letras financeiras ⁽³⁾	5.454	547.043	53.379	605.876	60.903
Total	732.810	1.736.030	2.102.695	4.571.535	3.453.743

(1) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 1,31% e 8,6% a.a. (5,03% e 13,26% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(2) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 122% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 1,27% e 8,61% a.a. (3,79% e 15,25% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(3) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 121% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações prefixadas, taxa de 22,1% (22,1% em 31 de dezembro de 2019).

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Captação com depósitos	(153.951)	(211.192)	(344.914)	(424.048)
Depósitos à prazo	(148.186)	(207.162)	(336.396)	(414.829)
Depósitos interfinanceiros	(5.765)	(4.030)	(8.518)	(9.219)
Captação no mercado aberto	(2.213)	(5.806)	(5.435)	(9.673)
Carteira própria	(2.213)	(5.806)	(5.435)	(9.663)
Carteira de terceiros	—	—	—	(10)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(74.552)	(99.673)	(153.246)	(201.151)
Letras de crédito imobiliária	(34.996)	(48.322)	(71.451)	(92.339)
Letras de crédito do agronegócio	(27.307)	(46.519)	(62.840)	(99.116)
Letras financeiras	(12.249)	(4.832)	(18.955)	(9.696)
Contribuições ordinárias	(5.200)	(5.754)	(10.662)	(10.620)
Fundo Garantidor de Crédito	(5.200)	(5.754)	(10.662)	(10.620)
Variação cambial	90.810	—	90.810	2.109
Total	(145.106)	(322.425)	(423.447)	(643.383)

d) Obrigações por empréstimos e repasses no país

Composição

			31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Funcafé - custeio	2.594	—	2.594	—
Funcafé - capital de giro	2.592	—	2.592	—
Total	5.186	—	5.186	—

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas com banqueiros no exterior	–	(3.496)	(132.691)	(5.196)
Despesas com repasses instituições oficiais	(130)	(61)	(2.632)	(499)
Variação cambial	–	13.773	15.656	13.773
Total	(130)	10.216	(119.667)	8.078

e) Outros passivos financeiros

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Negociação e intermediação de valores	8.511	1.121
Carteira de câmbio passiva	50.766	148.059
Relações interdependências	–	2.558
Outros	7.518	2.388
Total	66.795	154.126
Circulante	66.795	154.126

12. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Ativos tributários correntes

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição social a compensar	29.725	27.986
Imposto de renda a compensar	14.423	38.607
COFINS a compensar	4	8
PIS a compensar	1	2
Outros impostos a compensar	5.804	5.764
Total	49.957	72.367
Circulante	49.957	72.367

Passivos tributários correntes

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre salários	11.971	13.863
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.325	3.014
Provisão para imposto de renda	–	26.367
Provisão para contribuição social	–	16.307
Outros	4.955	10.373
Total	19.251	69.924
Circulante	19.251	69.924

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos tributários diferidos

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	509.619	382.041	418.275	333.025
Constituições	78.366	42.270	256.539	184.832
Reversões	(82.692)	(6.036)	(169.521)	(99.582)
Saldo final	505.293	418.275	505.293	418.275
Circulante			38.048	111.684
Não circulante			467.245	306.591

Passivos tributários diferidos

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	18.662	226.324	81.913	83.683
Constituições	140.917	191.395	186.608	383.603
Reversões	(143.497)	(335.806)	(252.439)	(385.373)
Saldo final	16.082	81.913	16.082	81.913
Circulante			16.082	81.913

Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “créditos tributários” e “passivos tributários diferidos”, respectivamente.

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes dos tributos deduzido				
das participações nos lucros	(24.867)	(107.097)	(383.410)	(34.264)
Resultado de participações em coligadas e controladas	39.773	18.173	83.362	21.764
Outras diferenças permanentes - CSLL	(6.066)	5.898	2.297	6.614
Outras diferenças permanentes - IRPJ	(5.958)	5.991	2.497	7.996
Outros ajustes	(751)	(4.085)	(2.315)	(4.951)
Base de cálculo - CSLL	8.089	(87.111)	(300.066)	(10.837)
Base de cálculo - IRPJ	8.197	(87.018)	(299.866)	(9.455)
CSLL ⁽¹⁾	(1.618)	66.644	60.013	39.670
IRPJ - 25% deduzidos os incentivos fiscais	(2.049)	48.695	74.967	3.416
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.667)	115.339	134.980	43.086
Encargo líquido de IRPJ e CSLL	(3.667)	115.339	134.980	43.086

⁽¹⁾ Os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 20%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Créditos tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20%).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	611.665	363.023
Crédito de IRPJ sobre prejuízo fiscal - 25%	152.916	90.756
Base negativa de contribuição social	613.630	367.806
Crédito de CSLL sobre base negativa ⁽¹⁾	122.726	73.561
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	299.639	322.859
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	35.430	35.658
Provisão para contingências trabalhistas	41.373	36.114
Provisão para contingências cíveis	9.575	25.891
Provisão para despesas administrativas	21.702	60.833
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	13.713	14.302
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	36.544	15.444
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(1.699)	(718)
Ajustes futuro DI e DDI	13.890	–
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(646)	–
Perdas em operações de crédito	34.581	30.679
Outras diferenças temporárias	1.021	21.693
Total de diferenças temporárias - IR/CS	505.123	562.755
Créditos tributários sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	126.281	140.689
Créditos tributários sobre diferenças temporárias de CSLL ⁽¹⁾	101.025	112.551
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	36.544	15.444
Ajustes futuro DI e DDI	13.890	–
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	–	–
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	50.434	15.444
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	2.345	718
Total do ativo fiscal diferido	505.293	418.275
Circulante	38.048	111.684
Não circulante	467.245	306.591

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 20%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos tributários diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	14.565	142.393
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	19.250	9.746
PIS/COFINS diferidos sobre o ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação - 4,65%	(1.572)	(7.074)
Ajustes futuro - DI e DDI	–	20.101
PIS/COFINS diferidos sobre o ajuste futuro DI e DDI - 4,65%	–	(935)
Total de diferenças temporárias - IRPJ	32.243	164.231
Débitos sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	8.061	41.058
Débitos sobre diferenças temporárias de CSLL ⁽¹⁾	6.449	32.846
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	14.565	142.393
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	19.250	9.746
Ajustes futuro - DI e DDI	–	20.101
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	33.815	172.240
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	1.572	8.009
Total do passivo fiscal diferido	16.082	81.913
Circulante	16.082	81.913

⁽¹⁾ Os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 20%.

Expectativa de realização dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

	31/12/2020		
Ano	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Valor líquido dos impostos diferidos
2021	38.048	16.082	21.966
2022	88.896	–	88.896
2023	118.025	–	118.025
2024	186.787	–	186.787
2025	73.537	–	73.537
Total	505.293	16.082	489.211

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valor presente dos créditos tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020, considerando a taxa de captação projetada, R\$ 449.390 (R\$ 384.363 em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. PROVISÕES

Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	9.575	25.891
Provisões trabalhistas	47.166	40.895
Total	56.741	66.786
Não circulante	56.741	66.786

Provisões cíveis

Estas ações são decorrentes de: 1 ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, 2 ações de contratos de financiamento, 3 execuções e 4 ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria cível massificados (crédito consignado), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do banco digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, revisitamos o procedimento de provisionamento das contingências cíveis originadas no Banco Matone referentes aos processos do crédito consignado e aperfeiçoamos o processo, que passou a ser por análise individualizada de cada processo e não mais pela média histórica, o que permitiu uma redução na provisão de R\$ 3.375.

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	13.877	16.645	25.891	16.916
Constituição	2.372	14.690	4.492	18.211
Reversão	(6.674)	(5.444)	(20.808)	(9.236)
Saldo final	9.575	25.891	9.575	25.891

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.878 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	53.238	22.036	40.895	22.036
Constituição	8.986	24.078	33.196	24.078
Atualização monetária	(7.337)	2.090	(5.795)	2.090
Reversão	(7.721)	(7.309)	(21.130)	(7.309)
Saldo final	47.166	40.895	47.166	40.895

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 12.377 (R\$ 9.110 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
Processos cíveis	45.976	41.887
Processos trabalhistas	15.934	22.293
Processos fiscais	53.414	9.750
Total	115.324	73.930

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para despesas de pessoal	49.457	87.367
Credores diversos - no país ⁽¹⁾	41.778	17.041
Provisão para despesas administrativas	29.630	35.160
Resultado de exercícios futuros	2.946	18.236
Provisão para fianças prestadas	1.605	6.037
Tributos municipais a recolher	457	18
Tributos federais a recolher	355	763
Valores a pagar de sociedades ligadas	–	12
Outros	1.081	1.786
Total	127.309	166.420
Circulante	124.363	148.184
Não circulante	2.946	18.236

(1) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo banco, que são pagos em outras instituições e liquidados em D+1 e, a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 537.826.073 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 518.913.037 ações ordinárias e 18.913.036 ações preferenciais.

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De domiciliados no país	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN, títulos privados e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 14.417 (R\$ 5.736 em 31 de dezembro de 2019).

16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comissões de cartões	35.682	13.863	59.271	27.175
Cobrança e arrecadações	8.014	2.693	11.806	4.629
Garantias prestadas	2.751	3.493	5.595	7.312
Prestação de serviços de assessoria financeira	438	499	1.079	1.174
Total	46.885	20.548	77.751	40.290

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. RECEITAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Tarifas	54.482	17.484	71.839	30.266
Total	54.482	17.484	71.839	30.266

18. DESPESAS DE PESSOAL

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Proventos	(98.651)	(108.675)	(202.033)	(197.929)
Encargos	(31.910)	(33.941)	(65.424)	(61.832)
Benefícios	(20.478)	(23.049)	(43.296)	(41.350)
Indenizações trabalhistas	(7.640)	(3.640)	(8.909)	(7.397)
Outras	(1.509)	(2.012)	(3.211)	(2.977)
Total	(160.188)	(171.317)	(322.873)	(311.485)

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(152.267)	(91.247)	(265.082)	(137.320)
Processamento de dados	(72.219)	(56.606)	(142.159)	(105.821)
Depreciações e amortizações	(64.958)	(57.783)	(125.334)	(109.840)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(19.103)	(29.241)	(29.284)	(50.533)
Aluguéis	(14.199)	(10.314)	(25.830)	(14.798)
Legais e jurídicas	(4.828)	(7.668)	(10.130)	(11.243)
Comunicações	(2.803)	(3.576)	(6.810)	(5.592)
Propaganda e publicidade	(3.940)	(973)	(5.973)	(1.235)
Manutenção e conservação de bens	(2.943)	(2.236)	(5.018)	(4.188)
Transportes e viagens	(760)	(3.880)	(3.663)	(7.294)
Indenizações judiciais diversas	(1.061)	(3.468)	(2.846)	(4.046)
Serviços de vigilância e segurança	(467)	(1.940)	(2.100)	(3.380)
Promoções e relações públicas	(888)	(7.306)	(1.638)	(10.618)
Água, energia e gás	(760)	(1.018)	(1.480)	(1.934)
Seguros	(642)	(500)	(1.180)	(932)
Material	(391)	(572)	(859)	(1.033)
Outras	(18.771)	(20.635)	(40.155)	(37.615)
Total	(361.000)	(298.963)	(669.541)	(507.422)

(1) Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens, comissões, acordos operacionais com a PicPay e outros serviços financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
COFINS	(22.187)	(24.205)	(36.070)	(47.159)
ISSQN	(4.913)	(1.952)	(7.279)	(3.374)
PIS/PASEP	(3.605)	(3.933)	(5.861)	(7.663)
Outras	(521)	(1.576)	(2.457)	(4.137)
Total	(31.226)	(31.666)	(51.667)	(62.333)

21. OUTRAS RECEITAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽²⁾	49.166	–	49.644	–
Reversão de provisões cíveis ⁽¹⁾	3.235	(3.463)	16.316	–
Reversão de provisões operacionais	11.749	17.142	14.742	18.456
Reversão de provisão para fianças não honradas ⁽¹⁾	92	–	4.432	–
Recuperação de encargos e despesas	1.157	672	1.492	1.013
Programas de incentivo de cartões	80	1.065	1.399	1.417
Atualização de depósitos judiciais	332	429	1.011	699
Atualização de impostos a compensar	302	1.062	849	2.194
Propaganda e publicidade	73	–	388	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens ⁽¹⁾	156	(399)	156	–
Atualização monetária	6	369	8	4.331
Reversão de provisões trabalhistas ⁽¹⁾	(14.659)	(5.329)	–	–
Lucro na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	(301)	(501)	–	–
Outras ⁽¹⁾	(17.492)	(6.549)	3.122	–
Total	33.896	4.498	93.559	28.110

⁽¹⁾ Os saldos da coluna 01/01 a 31/12/2020 e 2019 estão apresentados pelo resultado líquido do confronto entre as receitas e despesas de mesma natureza.

⁽²⁾ Rendas junto a instituições participantes de arranjo de pagamento (nota 5.d).

22. OUTRAS DESPESAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Baixa de bens do ativo imobilizado	(6)	(7)	(8.805)	(25)
Provisões trabalhistas ⁽¹⁾	20.731	(10.613)	(6.271)	(18.860)
Prejuízos operacionais	(1.027)	(5.941)	(3.902)	(7.963)
Prejuízo na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	(591)	(1.383)	(785)	(3.086)
Comissões	(64)	(607)	(114)	(607)
Provisões cíveis ⁽¹⁾	1.067	(5.783)	–	(8.974)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens ⁽¹⁾	–	(688)	–	(4.969)
Provisão para fianças não honradas ⁽¹⁾	100	163	–	(3.964)
Outras ⁽¹⁾	28.203	(20.843)	–	(35.333)
Total	48.413	(45.702)	(19.877)	(83.781)

⁽¹⁾ Os saldos da coluna 01/01 a 31/12/2020 e 2019 estão apresentados pelo resultado líquido do confronto entre as receitas e despesas de mesma natureza.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal-chave da administração do banco somaram R\$ 31.676 (R\$ 29.293 em 31 de dezembro de 2019).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento não geraram gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019).

O banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O banco não concedeu empréstimos ao pessoal-chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O banco realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o Banco Original do Agronegócio S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a JBS S/A, a JBS Aves Ltda., a Seara Comércio de Alimentos Ltda., a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. e a J&F Investimentos S/A.

						31/12/2020
	Empresas do grupo J&F	Entidade contro- ladora (1)	Entidades contro- ladadas (2)	Pessoal- chave da Adminis- tração	Outras partes relacio- nadas	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes	143.790	-	76.189	-	-	219.979
Instrumentos financeiros	420.163	-	1.157.930	-	-	1.578.093
Outros ativos	-	-	39.885	-	-	39.885
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775	33.220	1.240.867
Outros passivos	-	-	16.467	-	-	16.467
						01/01 a 31/12/2020
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	113.429	-	130	-	-	113.559
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(3.235)	(3)	(150)	(620)	(1.248)	(5.256)
Outras receitas e despesas	(6.632)	-	(81.883)	-	-	(88.515)
						01/07 a 31/12/2020
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	14.848	-	130	-	-	14.978
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(1.809)	(1)	(107)	(291)	(615)	(2.823)
Outras receitas e despesas	(3.725)	-	(81.883)	-	-	(85.608)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

						31/12/2019
	Empresas do grupo J&F	Entidade contro- ladora ⁽¹⁾	Entidades contro- ladas ⁽²⁾	Pessoal- chave da Adminis- tração	Outras partes relacio- nadas	Total
Ativos						
Instrumentos financeiros	1.670.411	–	–	–	–	1.670.411
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	725.526	8	135.777	42.076	–	903.387
						01/01 a
						31/12/2019
Resultado						
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(8.560)	(1)	(4.691)	(1.494)	–	(14.746)
Outras receitas e despesas	20.887	–	–	–	–	20.887

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Asset Management Ltda., Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original APP Ltda., PicPay Serviços S/A e FIDC PicPay.

24. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

O ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at risk (VaR)* paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;

- *Stress test*;

- *Stop loss*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira trading - dezembro/2020	Value at risk	31/12/2020	31/12/2019
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	481	351	91
Boi gordo	–	–	5
Soja	–	–	108
Moedas estrangeiras	1.408	196	317
Índice Bolsa	6	–	–
Ação BOVESPA	852	678	54.160
Exposição com correlação	<u>1.033</u>	<u>804</u>	<u>53.276</u>
Carteira banking - dezembro/2020	Teste estresse	31/12/2020	31/12/2019
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	<u>56.923</u>	<u>52.348</u>	<u>2.798</u>

Destaca-se que a redução relevante do Value at Risk (VaR) na linha referente ao Fator de Risco Ações foi resultado da diminuição do estoque de ações da JBS. O aumento do valor do Risco de Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do comitê de Basileia e das disposições das regulamentações vigentes.

O banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive àquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos. Gestão de capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a. Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo banco, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco.

A estrutura de risco operacional do banco visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b. Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da resolução nº 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do banco é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (valor em risco).
- Stress test.
- Stop loss.
- Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da alta administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a resolução nº 4.557/17 do banco. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR. A diretoria de riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa;
- Teste de estresse;
- Caixa mínimo.

d. Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a resolução nº 4.557/2017 do Bacen, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À diretoria de riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à diretoria de riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e. Gerenciamento de risco socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o banco possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA do banco é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o banco possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: conselho de administração - órgão máximo da governança do banco, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; comitê executivo de gestão integrada de riscos - propor as diretrizes do apetite a risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

socioambiental; comitê de risco operacional e controles internos (CROCI) - órgão nomeado pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; comitê de ética - órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de controles internos, riscos e compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

25. SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência Nível I	1.030.622	1.375.393
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.030.622	1.375.393
RWA - Ativos ponderados pelo risco	10.203.294	10.376.218
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	8.653.764	8.570.045
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	88.309	596.303
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.461.221	1.209.870
Índice de Basileia III e II	10,1%	13,3%

No exercício de 2020, o conglomerado mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo banco, mediante comissão, somam R\$ 280.829 (R\$ 358.854 em 31 de dezembro de 2019), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	–	–	20.961	383
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	262.429	1.487	304.487	5.526
Outras fianças bancárias	18.399	118	33.406	128
Total	280.828	1.605	358.854	6.037

b. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, as unidades de negócio do banco estavam seguradas mediante sete apólices, cuja cobertura total somava R\$ 427.880. O prêmio pago foi de R\$ 1.042.

c. Plano de aposentadoria e pensões

O banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao banco as exigências dispostas na deliberação CVM nº 695/2012.

d. Plano de saúde - benefício pós emprego

O banco é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.504 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019).

e. Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça. O banco, em linha com CMN e o Bacen, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital. Cabe destacar que o banco manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o *home office* como prática para grande parte de seus colaboradores. Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

f. Resultado recorrente e não recorrente

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido	(28.534)	8.242	(248.430)	8.822
Resultado não recorrente líquido				
dos efeitos tributários	–	38.045	–	38.045
Majoração de alíquota da CSLL - crédito tributário	–	38.045	–	38.045
Resultado recorrente	(28.534)	(29.803)	(248.430)	(29.223)

27. ACORDO DE COLABORAÇÃO DE EXECUTIVOS E EX-EXECUTIVOS E DE LENIÊNCIA DA JBS S.A. E J&F INVESTIMENTOS S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), atual acionista indireta do banco e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o banco), celebrou acordo de leniência com o MPF (“acordo”), e o banco aderiu formalmente ao acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a administração do banco, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. (“assessores”), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no acordo, visando constatar eventuais repercussões desses fatos no banco.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do acordo, foi constituído um comitê de supervisão independente (“comitê”) para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse comitê ratificou a contratação dos assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a administração do banco ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em assembleia geral extraordinária de 29 de janeiro de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da controlada PicPay, no montante de R\$ 129.500, mediante a emissão, subscrição e integralização de 153.842 ações, sendo 76.291 ordinárias e 76.291 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esta deliberação está em processo de aprovação pelo BACEN.

Em 19 de fevereiro de 2021, o Banco alienou a totalidade das ações da controlada PicPay pelo valor de R\$ 258.390, gerando resultado líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 39.095.

DIRETORIA

Alexandre Correa Abreu

Diretor Presidente

Érico de Arruda Holanda

Diretor

Marcelo Rosas Betine

Contador

CRC 1 PR044644/"O"-6 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria (comitê) do Banco Original S.A. (banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independentes e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho). Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da Administração do banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do banco e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O comitê reuniu-se 13 vezes no exercício de 2020 (12 vezes no exercício de 2019) e fez 77 reuniões (83 no exercício de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Nenhuma recomendação foi emitida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 do banco foram elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do banco.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nas informações recebidas, o comitê de auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do banco.

O comitê de auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras individuais do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.c e 5.e para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores/garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco sobre a classificação de risco. Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, bem como as metodologias, premissas e dados internos de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) que suportam a classificação das operações e suas principais premissas.

Verificamos, com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes do Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e plano de recuperação judicial, que inclui as metodologias e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analizamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 12, as demonstrações financeiras individuais do Banco incluem ativos relativos a créditos tributários. Os créditos tributários sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos relativos a esses créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura, alto grau de julgamento, considerando premissas econômicas e de crescimento do Banco e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização e ativação dos saldos de créditos tributários.

Com o suporte técnico dos nossos especialistas, testamos a razoabilidade e consistência dos métodos, premissas e dados utilizados na preparação do plano de negócios do Banco além do estudo técnico e a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Banco dos eventuais efeitos da conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras individuais, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola

Contador - CRC 1SP214007/O-2